

INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AMPLIANDO O OLHAR¹

Alana Muniz²

Silvia Maria Scartazzini³

RESUMO

O presente artigo se propõe abordar a temática da indisciplina em espaços escolares, mais especificamente na educação infantil, através de revisão bibliográfica, procurando compreender quais são os pressupostos que dão suporte para a interpretação dos docentes aos comportamentos infantis no ambiente escolar, que faz com que sejam caracterizados como indisciplina, ainda, como pode ser potencializado o desenvolvimento moral e a autonomia das crianças através da promoção do protagonismo dos educandos em sala de aula fortalecido pelo planejamento didático-pedagógico estruturado em projetos de trabalho. Com suporte em uma perspectiva de constituição dos sujeitos através da sua participação nos combinados que deve atender, a autora busca apresentar possibilidades metodológicas de atuação docente que possam contribuir como desenvolvimento de crianças protagonistas e cuidadoras de suas próprias ações.

Palavras-chave: Educação Infantil. Indisciplina. Moral. Pedagogia Participativa.

Introdução

A Educação Infantil é a primeira etapa do ensino básico, nela se inicia uma grande jornada na vida das crianças, da socialização ao desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, em seu Art. 29, afirma que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.”

Na Educação Infantil a criança se desenvolve física, psicológica, intelectual e socialmente, além de praticar esses aspectos no ambiente familiar e na comunidade em que vive, a escola servirá de suporte, auxiliando integralmente o seu desenvolvimento. Além da LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) definem que a:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão

¹ Artigo apresentado na conclusão do curso de Graduação Pedagogia - Licenciatura, da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo.

² Acadêmica de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: 167826@upf.br.

³ Professora da Universidade de Passo Fundo e Coordenadora do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: sillvia@upf.br

competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2010, p. 12).

Dessa forma, entende-se que a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, e que é ofertada em creches e pré-escolas, tem como objetivo educar e cuidar de crianças, na faixa etária de 0 a 5 anos, em tempo integral ou parcial, em instituições públicas ou privadas, no entanto, todas essas instituições são supervisionadas e orientadas pelos órgãos de ensino correspondentes. Neste sentido, entende-se como principal instituição da vida de um ser humano a escola, principalmente a de Educação Infantil, onde se fortalecem os vínculos de cuidados, educação e aprimoramento do desenvolvimento integral das crianças.

Segundo a DCNEI (2010, p. 18), é preciso “garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.” O documento citado afirma que deve ser observado nas relações das crianças muito mais que o ensino ou aprendizagens adquiridas, mas, perceber o desenvolvimento das relações e interações, nisso, podendo evidenciar suas potencialidades.

Todavia, os modos de relacionamento que tem se estabelecido entre aluno-professor e aluno-aluno em ambientes escolares tem provocado muitas inquietações, até mesmo entre aqueles que interagem naquele espaço. Esta afirmação procede do mesmo lugar da escolha da temática do artigo, sendo resultado da experiência de estágio supervisionado do curso de Pedagogia, em que pode-se observar diversos pronunciamentos de professoras se referindo a atitudes das crianças, consideradas por elas fora do padrão de comportamento desejado, como indisciplina. Durante reflexões e estudos sobre a problematização, preferiu-se priorizar a compreensão da totalidade, ou seja, buscar compreender as interpretações feitas pelos docentes ao expressar aquela interpretação das crianças, entender o aluno em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem bem como a importância de metodologias participativas para a construção do aprendizado dos alunos bem como o seu desenvolvimento.

Portanto, considera-se de suma importância investigar e interpretar a problemática que envolve as atitudes infantis definidas como indisciplina, a fim de, promover uma educação ancorada em princípios teóricos e metodológicos que promovam relações refletidas e humanizadas, principalmente na Educação Infantil. Pois, será nessa fase que a criança terá suas primeiras relações sociais, em espaço formal de educação, sendo que poderá vir a ter fortalecida e potencializada a sua criticidade, desejo de participação e desenvolvimento da

autonomia. Assim, para que se obtenha sucesso nestas perspectivas é necessário um planejamento pedagógico que inclua os educandos como protagonistas das ações, onde os mesmos possam agir ativamente no processo que será contínuo e poderá lhes oferecer condições de realizar aprendizagens coletivas e individualizadas possibilitando aos pequenos a constituição cidadã, bem como o agir moral coerente em sociedade.

O presente artigo foi elaborado a partir da pesquisa qualitativa e bibliográfica. Tendo em vista que a pesquisa de abordagem qualitativa enfatiza os aspectos de compreensão e reflexão em um determinado grupo social. Durante esse tipo de pesquisa não é levado em consideração expressões numéricas e/ou quantificação de valores. A pesquisa qualitativa recusa um único método, um modelo preestabelecido, para todas as ciências sociais.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

O método procura aprofundar de forma mais detalhada o porquê de tudo, fazendo uso especificamente de explicações e reflexões, sem obter uma comprovação por meio de fatos vindos de números e valores concretos. Desse modo, a pesquisa qualitativa é conceituada por levar em consideração os aspectos da realidade que não podem ser numerados ou quantificados, e sim focando no verdadeiro significado, nos motivos e nas explicações, por meio de relações e interações sociais.

A pesquisa bibliográfica é caracterizada por levantar várias referências teóricas analisadas e publicadas, sejam elas de maneira eletrônica ou escrita. Ao iniciar qualquer trabalho científico o primeiro passo é realizar a pesquisa bibliográfica, a fim de conhecer novos textos e informações de outras pessoas que estudaram sobre o mesmo assunto.

Portanto, as metodologias utilizadas analisam documentos legais, artigos, revistas, livros de natureza científica e consideram os aspectos da realidade para uma reflexão aprofundada.

Através da pesquisa bibliográfica, buscar-se-á abordar a temática da indisciplina através das seguintes questões: quais são os pressupostos que dão suporte para as interpretações dos docentes aos comportamentos infantis no ambiente escolar, que faz com que sejam caracterizados como indisciplina; como pode ser potencializado o desenvolvimento moral e a autonomia das crianças através da promoção do protagonismo dos educandos em

sala de aula fortalecido pelo planejamento didático-pedagógico estruturado em projetos de trabalho.

As interpretações dos docentes acerca dos comportamentos das crianças

Estar atuando na docência possibilita ao professor contemplar diversos momentos da vida escolar das crianças, no entanto, torna-se responsabilidade do educador observar sensivelmente todas as ações que são implementadas. É preciso um olhar minucioso, a fim de compreender o significado de tal ação, de entender o que seu aluno está querendo expressar a partir de suas reações e ações. Trata-se de um vasto campo de possibilidades, onde os professores podem e devem fazer uso das reações e manifestações infantis para planejar um ensino adequado para as necessidades demonstradas. Desta forma, a observação das atitudes dos educandos é imensamente importante, mas é preciso uma compreensão adequada do que o momento e as manifestações estão demonstrando.

Alguns professores, em determinadas situações, fazem interpretações que julgam as atitudes das crianças equivocadamente. Um ato muito comum é compreender algumas atitudes infantis como (in)disciplina, inclusive em Escolas de Educação Infantil, quando são caracterizadas como incoerentes diante do comportamento desejado pelo docente e que causam transtorno em suas salas de aula, quase que ‘um problema irreversível’, do ponto de vista de alguns educadores.

Estas manifestações demonstram uma compreensão de indisciplina, que pode ser compreendida com ajuda de Freller,

[...] indisciplina uma série de comportamentos que os incomodam e que são sempre categorizados como inadequados, independente do contexto. Assim, movimentar-se, gritar, falar alto, não fazer a tarefa, conversar, imitar animais, responder ao adulto são sempre atitudes consideradas inadequadas pelos professores, mas nem sempre entendidas pelos alunos nesse registro (FRELLER, 2001, p. 60).

As manifestações citadas pela autora, entre outras tantas, que são denominadas de indisciplina, recebem esse significado em espaços regradados por adultos, pela sua compreensão e desejo de que os pequenos apresentem um determinado comportamento no espaço escolar. Ocorre assim, que em grande parte das vezes são criadas regras e normativas que devem ser rigorosamente cumpridas pelos educandos em salas de aula, no entanto, os mesmos nem sempre são chamados para atuar como planejadores das ações que os adultos esperam deles.

Quando agem de forma que os professores consideram transgressão de regras escolares ou indisciplina, o fazem, geralmente, porque não compartilham dos princípios que baseiam tais normas, não participaram de sua criação, não as consideram válidas e pertinentes. Pensando a partir dos princípios winnicottianos, uma regra não é boa apenas por satisfazer um desejo e propiciar prazer, mas quando é criada pelo próprio indivíduo (FRELLER, 2001, p. 64).

As ações dos alunos, nomeadas de indisciplina pelos professores, tendem a ocorrer porque os indivíduos causadores dessa transgressão não são conhecedores de princípios que norteiam tais normas, não obtiveram tal conhecimento a fim de validá-las e torná-las coerentes internamente. Para que regras ou normas sejam compreendidas como adequadas e seguidas como propostas é necessário que sejam criadas e justificadas pelos indivíduos que as cumprirão coletivamente.

Para se obter a vivência de comportamentos adequados aos momentos e lugares como algo agradável, servindo de instrumento para um processo evolutivo da aprendizagem é preciso uma gestão de democracia e participação.

Devemos ter bem presente que a disciplina se constrói dentro e fora da sala de aula e da escola. Para tal é fundamental implementar nas escolas uma gestão democrática e participativa, a valorização da opinião e o poder de iniciativa de todos, incluindo as dos alunos, de modo, a sentirem-se respeitados e aderirem espontaneamente às normas e valores da escola (AMADO, 2000, p. 45-47).

A disciplina será sempre construída, seja dentro ou fora da escola. Mas, é importante ressaltar que para que ela seja validada e correspondida é necessário que seja vivenciado a democracia e a participação, principalmente dos alunos, que são os indivíduos envolvidos diretamente. A possibilidade do processo ser democrático, oportunizando ao sujeito colocar sua opinião de acordo com o que compreende como válido, sendo participativo e ativo promoverá o sentimento de pertencimento ao grupo em que está inserido, de respeito e de compromisso, o que leva a pessoa a adotar as normas que ajudou a construir.

Promover a participação dos alunos de forma que se tornem ativos, autônomos, participativos, criativos e inovadores em todos os processos, desde o dialogar sobre as normas de boa convivência até o planejamento do que será pesquisado e estudado permitirá que eles se sintam parte daquele grupo, turma ou escola e ainda poderão evoluir e se desenvolver de modo social em suas relações e interações, na maneira de dialogar e de até mesmo resolver os conflitos.

Portanto, é indispensável que os docentes antes de referir-se aos comportamentos indesejáveis, possam analisar referências teóricas que compreendam corretamente esses atos.

Um ponto relevante que deve ser estudado e compreendido é o desenvolvimento moral dos sujeitos, o qual é fundamental como forma de resolução de conflitos, desta forma, na sequência será abordado de maneira mais detalhada a construção moral dos sujeitos desde a infância.

A construção moral

As crianças passam por processos de desenvolvimento e aprendizagem em diferentes esferas, apropriam-se de valores e princípios através de relações com as pessoas da sua convivência, da sua comunidade, constituindo-se então a moral dos sujeitos.

A moral é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal (VÁZQUES, 2000, p. 84).

Os sujeitos desde que nascem convivem em um meio, uma comunidade, uma família, uma escola onde haverá a possibilidade de se relacionar com outros indivíduos. Será na relação e na convivência que irá se desenvolvendo a moral a qual é regrada por normas, princípios e valores, os quais possuem natureza histórica e social. Ao se relacionar em sociedade cada indivíduo aprende quais princípios e valores deve seguir, no entanto, o mesmo é livre para definir conscientemente o que irá adotar como forma de ser e agir, sem que esteja pré-estabelecido pela sua natureza humana. Desta forma, compreende-se que a moral dos indivíduos será construída e vivenciada no decorrer do processo do desenvolvimento humano e social de cada ser, ninguém nasce conhecedor da moral, mas se familiariza com os princípios e valores no convívio, sendo assim, torna-se capaz de escolher livremente os próprios princípios que irá seguir e defender.

Nesta perspectiva pode-se realizar uma relação entre as falas dos professores sobre a indisciplina e desordem nas salas de aula, as quais tendem a ser resolvidas com regras e punições que não resultam em mudanças de comportamentos ou então no desenvolvimento moral dos sujeitos. É preciso que as crianças se tornem capazes de resolver os problemas e conflitos coletivamente, levando em consideração o respeito correspondente, no entanto, todo esse processo se conquista a partir da formação ética a qual não se baseia apenas em regras prontas e acabadas e sim na reflexão que levará os sujeitos a discutir as relações, as responsabilidades, os princípios e os valores com os demais.

Torna-se importante considerar que a formação dos princípios, valores morais e a ética se realizam, principalmente, no ambiente escolar, pois segundo La Taille (2005, p.107) “[...] é a única instituição que ainda tem legitimidade social para tanto, a única que, no fundo, diz respeito a todo mundo, visto que, em algum momento da vida, todo mundo é aluno ou professor, pai ou irmão de aluno”. Será na escola que todos os sujeitos da comunidade irão passar e ter um contato direto, lá sempre haverá o sujeito aluno que entra em contato com o professor, com os próprios pais e seus irmãos, desta forma a escola é a instituição de principal importância na vida de todos os seres humanos, pois será nesse ambiente que o mesmo construirá inúmeras relações, assim, se desenvolvendo integralmente.

[...] a criança começa a respeitar direitos alheios essencialmente graças aos ensinamentos das figuras de autoridade. Em compensação, ela está espontaneamente atenta ao que considera, com ou sem razão, ser a ela devido. Pode-se dizer, portanto que desde cedo a criança mostra ter um esboço de senso de justiça. (LA TAILLE, 2009, p. 304).

Além disso, a criança se desenvolve e aprende a respeitar os direitos, tais como foram ensinados por autoridades (na escola os professores), mas mostram que tendem a possuir um senso de justiça, pois, tem o direito de considerar por si próprio o que tem ou não razão, seguindo a linha de pensamento de seus princípios éticos.

Para que o senso de justiça seja expresso pelas crianças é necessário que a escola e seus professores façam o movimento de torná-los sujeitos ativos e principalmente participativos. O sujeito ativo colocará em prática os valores e princípios moralmente construídos, analisando-os segundo a ética que os move e que considera ter razão e coerência. Portanto, a (in)disciplina citada pelos professores é uma interpretação equivocada de atitudes e relações que estão em constante desenvolvimento e que exigem dos educadores um olhar sensível em todo o processo, fazendo com que os alunos sejam protagonistas das ações, ou seja, estejam incluídos no processo por inteiro, podendo assim resolver os seus próprios conflitos baseados no que aprenderam como justo, respeitoso e correto, somente assim, fazendo esse movimento os indivíduos aprenderão a conviver em sociedade, respeitando os demais e suas opiniões.

Assim, compreende-se que para haver o desenvolvimento moral dos sujeitos é necessário fazer o uso de alguns métodos em sala de aula, desta forma, na sequência será tratado sobre o protagonismo dos educandos a fim de promover a participação e a autonomia das crianças.

O protagonismo dos educandos nas ações e planejamentos em sala de aula

Uma importante etapa no processo de ensino que cabe ao professor é o planejamento, mas para que o mesmo seja executado com êxito a primeira questão que deve-se pensar é a maneira que o aluno, principal envolvido, irá participar e contribuir. Todo o processo se inicia na criança, pois, desde o tema-problema a ser trabalhado deve partir da criança, das suas necessidades e interesses. Assim, deve ser também, todo o processo do contrato de boa convivência, que fará com que haja uma boa relação no ambiente escolar, baseada em respeito e responsabilidade. Segundo Formosinho (2011, p. 24), “uma pedagogia participativa sabe que precisa partilhar com as crianças os processos de conciliação de direitos, o reconhecimento dos deveres”. A pedagogia participativa defende que as crianças precisam atuar diretamente na consonância de direitos para que dessa forma possam identificar os próprios deveres a cumprir.

As crianças têm e sempre tiveram brigas e conflitos nas turmas, elas são parte da convivência, a partir delas que surgirão as oportunidades para as crianças se relacionar, debater, dialogar e resolver as situações de conflitos.

Formosinho afirma que,

Quando ocorrem os conflitos interpessoais entre crianças precisamos considerar que elas têm direito ao conflito, a aprender a identificá-lo e a resolvê-lo. Saber que a criação colaborada de normas de funcionamento do grupo é uma estratégia preventiva de alguns desses conflitos, a qual deve dispor de muito tempo de relação entre o(a) educador(a) e as suas crianças (FORMOSINHO, 2011, p. 25).

Portanto, é importante sim que haja conflitos, mas a relevância maior deve estar na criança protagonista, em especial na criação e elaboração de normas de boa convivência, criar espaços para que elas digam o que acham coerente e que seja respeitado dentro da própria sala de aula para que todos convivam de maneira civilizada, já fazendo o exercício de pensar em normas morais e nos próprios princípios éticos. Todo esse processo se constituirá em estratégia que previna os conflitos e faça a criança refletir e analisar todo o processo, desde a criação das normas até a resolução dos problemas, fortalecendo o convívio com o outro baseado no respeito.

O exercício de criar as normas, criar as regras ou criar o compromisso faz com que as crianças se comprometam em cumpri-las e, se torna importante desde o momento que é elaborado pelos mesmos sujeitos que irão cumprir. Formosinho (2011, p. 26) afirma que, “[...] criar compromisso dentro do grupo para fazer as coisas acontecerem. Dizer o compromisso é

importante, escrever o compromisso e fazê-lo visível cria uma oportunidade de ajuda no cumprimento do compromisso”. Defende-se que, além de criar e dizer o compromisso é importante que esse compromisso se faça visível, ou seja, que mesmo as crianças pequenas possam fazer esse registro desenhando as regras e que a educadora se faça escriba das mesmas e escreva junto a esses desenhos as regras criadas por todo o grupo. Desta forma, torna-se um compromisso cumprir as regras criadas e desenhadas por elas próprias.

A pedagogia participativa mostra-se cada vez mais presente no âmbito escolar, com características e pontos positivos para a construção de novos conhecimentos de maneira ampla, contemplando alunos nas aprendizagens significativas e aos professores em planejamentos abertos e bem estruturados.

Formosinho pontua como objetivos da pedagogia participativa,

Os objetivos das pedagogias participativas são os do envolvimento na experiência e a construção da aprendizagem na experiência contínua e interativa. A imagem da criança é a de um ser competente que participa com liberdade, agência, inteligência e sensibilidade. A motivação para a aprendizagem sustenta-se no interesse intrínseco da tarefa e nas motivações intrínsecas das crianças (FORMOSINHO, 2011, p. 100).

Desta forma, a pedagogia participativa enfatiza a experiência como principal fator para a aprendizagem, onde haja o envolvimento e a construção na experiência de forma permanente e primando pelo fortalecimento das relações. A pedagogia participativa acolhe as crianças, faz com que se sintam parte do processo, possibilita que os sujeitos tenham voz e vez, podendo escolher sobre o que querem aprender, como desejam fazer, refletindo e socializando as compreensões.

Assim como a criança tem um papel importante na pedagogia participativa, o professor também estabelece atitudes que são fundamentais para a execução da metodologia participativa. Formosinho (2011, p.100) afirma que, “o papel do professor é o de organizar o ambiente e o de escutar, observar para entender e responder”. É um processo contínuo, onde o professor cria e estrutura o ambiente, possibilitando diversas oportunidades de aprendizagens, deve-se ter também, uma escuta sensível acerca dos interesses das crianças, observá-los e analisar os processos para que então entenda-as e ajude-as chegar às respostas e aprendizagens significativas.

Uma boa forma de atuar na perspectiva da pedagogia participativa é trabalhar com a concepção metodológica de projetos de trabalho.

Barbosa, Horn compreendem os projetos como:

Um projeto é uma abertura para possibilidades amplas de encaminhamento e de resolução, envolvendo uma vasta gama de variáveis, de percursos imprevisíveis, imaginativos, criativos, ativos e inteligentes, acompanhados de uma grande flexibilidade de organização (BARBOSA; HORN, 2008, p. 31).

Os projetos se destacam por ser uma maneira de trabalhar com inúmeras oportunidades, pode haver diferentes formas de iniciá-lo e de resolvê-lo, a escolha do tema, por exemplo, pode partir de uma dúvida, de uma inquietação, de algum diálogo ou de alguma curiosidade vinda de professores e/ou alunos. Além disso, o planejamento do projeto pode se ajustar no decorrer do processo, pois o percurso que será percorrido é imprevisível, podendo assim ser variável e flexível, os principais motivos para as alterações será a participação ativa e inteligente que irá gerar movimentos de criatividade e imaginação dos sujeitos envolvidos.

O trabalho com projetos proporciona diferentes abordagens de uma mesma temática que podem ser desenvolvidas em grupo ou individualizado, os quais resultarão na aquisição de novos conhecimentos.

Os projetos permitem criar, sob forma de autoria singular ou de grupo, um modo próprio para abordar ou construir uma questão e respondê-la. A proposta de trabalho com projetos possibilita momentos de autonomia e de dependência do grupo; momentos de cooperação do grupo sob uma autoridade mais experiente e, também, de liberdade; momentos de individualidade e de sociabilidade[...] (BARBOSA; HORN, 2008, p. 31).

Assim, trabalhar com projetos é uma maneira de criar, de elaborar e responder uma questão, de forma que pode ser singularmente ou coletivamente gerada. Esse exercício proporciona diversos momentos de cooperação, de liberdade, de interação, de socialização e principalmente de autonomia e dependência, todo esse processo é fundamental em uma pedagogia participativa e colaborativa no processo de ensino e aprendizagem.

A metodologia de projetos de trabalho enfatiza a participação ativa das crianças, posicionando-os como participantes integrais da gestão de todo o procedimento. Desde o momento da escolha do tema, o planejamento e a organização das atividades escolhidas até a conclusão e a sistematização de todas as aprendizagens e descobertas que vieram ao decorrer das produções, pesquisas e reflexões.

Um dos pontos relevantes da pedagogia de projetos é que as crianças participam da gestão desse processo, propiciando-se, assim, que o poder do planejamento seja distribuído entre os adultos e as crianças. Para poder ter controle sob o planejamento, é preciso que esta “saia” do caderno da professora (compartilhando apenas com a coordenação pedagógica) e passe para formas coletivas de registro (BARBOSA; HORN, 2008, p.58).

No trabalho pedagógico desenvolvido através de projeto as crianças são protagonistas da ação por completo. Além de escolherem os temas, devem planejar e fazer o registro de maneira coletiva, desta forma, deixando claro e visível a todos o que escolheram pesquisar, o que pretendem fazer e o que querem aprender com determinado projeto.

Diante disto, a metodologia de projetos vem a somar para pôr em prática a pedagogia de participação, pois, possui os elementos fundamentais que nortearão gestores, professores e também alunos a fazer um trabalho que desenvolva todo o grupo, em suas relações, diálogos e aprendizados.

Considerações finais

A temática que norteou o presente artigo surgiu a partir da escuta e observação de alguns educadores, os quais faziam uma queixa dos comportamentos inadequados dos alunos, denominando-os de indisciplinados. A partir de então foram feitas pesquisas bibliográficas e qualitativas para que se compreendesse o verdadeiro significado de tais atitudes inadequadas.

As interpretações dos docentes mostram que os alunos realizam escolhas, atitudes e palavras inadequadas para o convívio da sala de aula, fazendo com que haja desordem e agitação por não cumprirem normas e regras impostas pelos próprios professores. No entanto, ao pesquisar e refletir foi possível compreender que esta interpretação vinda dos docentes é equivocada e superficial, pois os mesmos acabam generalizando e não encontrando resultados para uma melhora ou uma alternativa como forma de prevenção.

Ao conhecer e compreender o desenvolvimento da moral que todos os cidadãos têm direito de se familiarizar e fazer acontecer, refletimos sobre a importância desse conceito ser compreendido e desenvolvido pela escola, como instituição principal na vida do ser humano, a qual tem o compromisso de possibilitar aos educandos momentos e vivências onde serão ensinados as normas sociais e culturais que constituem a sociedade. Fazendo com que os alunos sejam inteiramente participativos e os mesmos pratiquem as relações de diálogos, interações e resoluções de conflitos entre eles, podendo escolher por livre e espontânea vontade quais princípios morais querem e acham plausíveis, a partir do que já foi ensinado como algo ético e moralmente aceito pela sociedade, fazer e cumprir.

Ao analisar algumas teorias, percebe-se que o protagonismo do aluno é uma excelente ferramenta para prevenir ações denominadas por alguns professores de indisciplina. No entanto, a melhor denominação seria da pedagogia participativa, a qual visa o aluno agente,

totalmente pertencente do processo, ou seja, possibilitando ao mesmo participar e construir junto ao professor, fala-se também, em planejar as ações do que os mesmos desejam aprender e de como gostariam de fazer. Outro ponto relevante na pedagogia participativa é de possibilitar a realização do contrato de boa convivência, no qual estará incluso as normas e regras para um comportamento adequado ao contexto e situação, a diferença é que essas regras serão constituídas pelos próprios alunos, ou seja, pelos sujeitos que deverão cumpri-las, desta forma, fazendo com que os mesmos se sintam parte do processo e saibam exatamente quais os combinados que devem ser realizados por toda turma. Por fim, uma sugestão de metodologia que visa a pedagogia em participação é o trabalho com projetos, trazendo uma vasta oportunidade de encaixar todos os princípios necessários para incluir o aluno como participante das ações, fazendo com que, os mesmos possam se desenvolver, conviver e aprimorar suas aprendizagens e conhecimentos.

Considerando todos os aspectos trazidos no presente artigo, é relevante a reflexão sobre a maneira com que alguns educadores de Educação Infantil agem e pensam sobre algumas atitudes das crianças, sem levar em significância o processo de desenvolvimento de todos os seres humanos, o qual é constituído por diferentes e complementares fases de desenvolvimento, de aprendizado e de compreensão do que os constituem e do que se tornarão ao passar dos anos. Desta forma, compreende-se que o mais conveniente é que esses educadores analisem suas falas, suas compreensões e busquem a teorização para fundamentar, aprofundar e sanar suas dúvidas e inquietações, podendo assim, resolver de forma científica as interpretações realizadas da realidade cotidiana, principalmente nas relações com as crianças em espaços escolares..

Referências

AMADO, J. *A construção da disciplina na escola – Suportes teórico-práticos (Cadernos CRIAP n.º 9)*. Porto: Edições Asa, 2000.

BARBOSA, M.C.S.; HORN, M.G.S. *Projetos pedagógicos na educação infantil: Mas o que é projetar?* In: _____. [S.l.]: Artmed, 2008. p. 31.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

CORTELLA, Mario Sergio, LA TAILLE, Yves. Nos labirintos da moral. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2005/2009.

FORMOSINHO, J. O; ANDRADE, F. F. O Espaço na Pedagogia-em-participação. In:_____. *O Espaço e o Tempo na Pedagogia-em-Participação*. 6. ed. [S.l]: Porto Editora, 2011. p. 24-100.

FRELLER, Cintia Copit. Histórias de Indisciplina Escolar: *o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

LA TAILLE, Y. Formação ética: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SÁNCHEZ VÁZQUES, Adolfo. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.